

# Financiamento do Empreendedorismo Feminino Revisitado

*Uma Análise Interdisciplinar entre Diagnóstico de Mercado e Financiamento por Reconhecimento*

Giovanni Beviláqua<sup>1</sup>, Marcio Borges<sup>2</sup>

---

## Resumo

Este artigo revisita o problema do financiamento ao empreendedorismo feminino no Brasil integrando duas perspectivas complementares: o diagnóstico das barreiras estruturais de acesso ao crédito, documentado em trabalho anterior (Beviláqua & Borges, 2025), e as teses do livro em elaboração *Financiamento & Reconhecimento: Pequenos Negócios, Desenvolvimento e Justiça Socioambiental no Brasil* (Beviláqua, 2026). O argumento central é que as barreiras enfrentadas por mulheres empreendedoras não são falhas residuais de um sistema eficiente, mas sim manifestações de uma cegueira institucional estrutural - o sistema de financiamento foi desenhado para grandes empresas e opera com uma racionalidade abstrata que invisibiliza as formas reais de riqueza dos pequenos negócios femininos. Propomos o conceito de "financiamento por reconhecimento" como paradigma superador: um processo ativo de atribuir valor, legitimar e abrir espaço para participação plena, que redesenha instrumentos contratuais, processos de análise de crédito e a relação banco-cliente para incorporar capitais simbólicos, sociais e territoriais como lastro creditício. Concluímos com recomendações regulatórias para o Banco Central do Brasil, incluindo revisão das diretrizes de garantias para MPEs, *sandbox* regulatório para inovação em produtos de crédito baseados em reconhecimento, e obrigatoriedade de dados desagregados por gênero no Sistema Financeiro Nacional.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo feminino. Acesso ao crédito. Financiamento por reconhecimento. Autoeficácia. Capital social. Inclusão financeira. Regulação bancária.

---

<sup>1</sup> Coordenador de Acesso a Crédito e Investimentos do Sebrae Nacional

<sup>2</sup> Analista Técnico da Unidade de Empreendedorismo Feminino, Diversidade e Inclusão do Sebrae Nacional

## 1. Introdução

O mercado de crédito é um pilar essencial para o crescimento econômico, funcionando como mecanismo de alocação intertemporal de recursos e viabilizador de investimentos produtivos. No entanto, o acesso a esse mercado não é homogêneo: mulheres empreendedoras no Brasil enfrentam barreiras estruturais que se traduzem em condições de crédito sistematicamente inferiores às dos homens, mesmo quando controladas por características objetivas de risco.

O artigo original "**Financiando o Empreendedorismo Feminino: Por uma Análise Interdisciplinar do Mercado de Crédito no Brasil**" (Beviláqua & Borges, 2025) documentou esse diagnóstico com rigor empírico, identificando um diferencial de 4 pontos percentuais nas taxas de juros, exigências rígidas de garantias incompatíveis com o perfil patrimonial das empreendedoras, menor histórico formal de crédito decorrente da informalidade histórica, e vieses socioculturais que reduzem a confiança do mercado em negócios liderados por mulheres. O artigo mobilizou a teoria da autoeficácia<sup>3</sup> (Bandura, 1977) para explicar o mecanismo de retroalimentação entre barreira institucional e baixa demanda efetiva por crédito.

O presente artigo dá um passo adiante. Integra aquele diagnóstico às teses do livro *Financiamento & Reconhecimento: Pequenos Negócios, Desenvolvimento e Justiça Socioambiental no Brasil* (Beviláqua, 2026), que oferece uma arquitetura conceitual para explicar *por que* o sistema falha e *como* superar essa falha. O argumento central é que as barreiras identificadas não são disfunções residuais de um sistema que opera bem para todos os agentes, mas sim manifestações de uma cegueira institucional enraizada na própria ontologia do sistema financeiro - seu desenho weberiano "desencantado", baseado em modelos abstratos, racionais e padronizados que desconsideram a complexidade social e as formas não convencionais de riqueza dos pequenos negócios, especialmente aqueles liderados por mulheres.

Este artigo está estruturado em seis seções, além desta introdução e do resumo executivo. A Seção 2 revisita o diagnóstico original, aprofundando a análise das barreiras à luz da teoria da autoeficácia e de dados empíricos recentes. A Seção 3 expõe as teses centrais do livro sobre financiamento por reconhecimento e capital invisível. A Seção 4 articula as duas perspectivas, demonstrando como as teses do livro oferecem soluções para as lacunas identificadas no diagnóstico. A Seção 5 propõe recomendações de políticas públicas e mudanças no arcabouço regulatório.

---

<sup>3</sup> Bandura (1977) estabelece a distinção crucial entre autoeficácia (crença na capacidade de executar uma tarefa específica) e autoestima (julgamento de valor próprio). O conceito é frequentemente mal compreendido em aplicações de policy.

A Seção 6 conclui com implicações para a agenda de eficiência alocativa e inclusão financeira no Brasil.

## **2. Diagnóstico Revisitado: Barreiras Estruturais no Acesso ao Crédito Feminino**

### ***2.1 O Problema Central***

O mercado de crédito brasileiro apresenta uma falha de alocação com viés estrutural: mulheres empreendedoras acessam crédito em condições significativamente piores que os homens, em magnitude que não se justifica por métricas convencionais de risco. Dados do DataSebrae e do Banco Central do Brasil indicam que as taxas de juros para mulheres são, em média, 4 pontos percentuais superiores às praticadas para homens em operações de crédito comparáveis - diferença que persiste mesmo após controle por porte, setor, prazo e garantias oferecidas.

Esse diferencial não pode ser explicado por maior inadimplência feminina. Estudos internacionais e evidências do sistema financeiro nacional sugerem que mulheres apresentam taxas de inadimplência iguais ou inferiores às dos homens, contradizendo a justificativa de prêmio de risco. A persistência do diferencial aponta, portanto, para causas estruturais.

### ***2.2 As Barreiras Identificadas***

Três categorias de barreiras emergem da análise:

#### **a) Barreiras Patrimoniais e de Garantias**

O sistema de crédito brasileiro é fortemente lastreado em garantias reais - imóveis, veículos, máquinas e equipamentos registrados em cartório. O perfil patrimonial das empreendedoras, no entanto, é predominantemente composto por ativos intangíveis: capital humano (conhecimento técnico e experiência setorial), capital de relacionamento (base de clientes fiéis, rede de fornecedores) e capital territorial (conhecimento profundo do mercado local). Esses ativos são reais, produtivos e geradores de fluxo de caixa, mas o sistema financeiro não possui categorias para reconhecê-los como colateral.

#### **b) Barreiras Informacionais e de Histórico**

A informalidade histórica do empreendedorismo feminino no Brasil produz um viés estatístico: mulheres têm menor histórico formal de crédito não porque não

honram compromissos, mas porque tradicionalmente operaram à margem do sistema financeiro formal. O scoring de crédito, calibrado sobre dados históricos que refletem essa exclusão, penaliza duplamente as empreendedoras - primeiro pela ausência de registro, depois pela baixa pontuação resultante.

### **c) Barreiras Socioculturais e Comportamentais**

Normas sociais e vieses institucionais operam de forma sutil mas sistemática. A exigência de avalista masculino em muitas operações comunica desconfiança institucional. Analistas de crédito, treinados em paradigmas tradicionais de avaliação, podem subjetivamente descontar o valor de negócios femininos por associação a setores percebidos como de menor escala. A ausência de produtos financeiros adaptados ao fluxo de caixa típico de negócios femininos (que frequentemente combinam múltiplas fontes de receita e sazonalidades ligadas à dupla jornada) completa o quadro de inadequação.

### ***2.3 O Ciclo Autoeficácia-Exclusão***

A teoria da autoeficácia (Bandura, 1977) oferece uma chave explicativa crucial para a dinâmica de retroalimentação observada. Autoeficácia é a crença situada e específica na própria capacidade de organizar e executar cursos de ação necessários para atingir um determinado desempenho. Suas quatro fontes - experiências de domínio, experiência vicária, persuasão social e estados fisiológicos - são todas afetadas pelo processo de exclusão creditícia.

Experiências de domínio: a barreira inicial impede que mulheres tenham a primeira experiência bem-sucedida de contratação de crédito, que é a fonte mais poderosa de construção de autoeficácia. Experiência vicária: a baixa representatividade feminina entre tomadores de crédito de sucesso reduz a disponibilidade de modelos vicários para aspirantes. Persuasão social: o processo de solicitação, quando marcado por ceticismo institucional, opera como persuasão social negativa, comunicando à solicitante que sua capacidade é duvidosa. Estados fisiológicos: a burocracia excessiva e a percepção de hostilidade do ambiente elevam a ativação fisiológica negativa (ansiedade, estresse), que é interpretada internamente como sinal de incompetência.

O resultado é um ciclo de feedback negativo: a barreira institucional produz baixa autoeficácia, que reduz a busca por crédito, que por sua vez valida o comportamento de não buscar e reforça a barreira. A baixa demanda feminina por crédito formal não é, portanto, uma preferência revelada exógena, mas sim endógena ao próprio processo de exclusão.

### 3. As Teses do Financiamento por Reconhecimento

#### 3.1 O Desencantamento Weberiano do Sistema Financeiro

O livro *Financiamento & Reconhecimento* parte de uma hipótese forte: o sistema de financiamento brasileiro opera sob uma lógica "desencantada", no sentido weberiano do termo. Max Weber, em sua análise do processo de racionalização ocidental, descreveu o "desencantamento do mundo" como a substituição de explicações mágicas, tradicionais e qualitativas por cálculos racionais, formais e quantitativos. Esse processo trouxe eficiência e previsibilidade, mas também produziu uma cegueira institucional: modelos abstratos e padronizados que, ao simplificar a realidade para torná-la gestionária, desconsideram dimensões fundamentais da vida econômica que não se encaixam nos moldes formais.

No contexto do financiamento, essa cegueira se manifesta na definição restritiva do que conta como riqueza, como garantia e como risco. O sistema reconhece apenas ativos formalizados, registrados e padronizados - imóveis com matrícula, veículos com documento, máquinas com nota fiscal. Tudo o que foge a esses padrões (relações de confiança, conhecimento territorial, reputação comunitária, capacidade de mobilização social) é tratado como externalidade ou, pior, como inexistente.

#### 3.2 O Capital Invisível dos Pequenos Negócios

O livro propõe que pequenos negócios - e especialmente os negócios femininos - possuem riqueza real e substantiva, mas ela reside em formas não convencionais que o sistema financeiro não reconhece. Três tipos de capital são identificados:

**Capital social:** Redes de confiança comunitárias, reputação territorial, relações de reciprocidade com clientes e fornecedores, capacidade de mobilização de recursos da vizinhança. Este capital é construído ao longo de anos de interação local e representa um ativo real de redução de custos de transação.

**Capital simbólico:** Reconhecimento local, legitimidade perante a comunidade, status adquirido por conduta ética consistente. Empresas com alto capital simbólico têm menor probabilidade de inadimplência porque o custo reputacional do calote supera o benefício financeiro imediato.

**Capital territorial:** Conhecimento profundo do mercado local, capacidade de antecipar tendências da vizinhança, relações de longo prazo com atores-chave do território. Este capital reduz assimetrias informacionais e permite avaliação de risco mais precisa que qualquer scoring padronizado.

### ***3.3 O Paradigma do Financiamento por Reconhecimento***

O conceito central do livro é a proposta de que o ato de financiar seja precedido por um ato de reconhecimento - não no sentido moral ou retórico, mas como processo institucional de "atribuir valor, legitimar e abrir espaço para participação plena". O financiamento por reconhecimento opera em três níveis:

**a) Redesenho dos Instrumentos Contratuais.** Proposição de novos instrumentos que possam lastrear-se em ativos sociais e territoriais: garantias pessoais qualificadas por certificação comunitária, avais solidários de redes locais acreditadas, fundos de aval rotativo com governança participativa, contratos de participação em receitas que alinham incentivos de longo prazo entre financiador e financiado.

**b) Redesenho dos Processos de Análise de Crédito.** Inclusão sistemática de variáveis de capital social, avaliação comunitária e performance territorial nos modelos de scoring. Proposta de metodologias híbridas que combinem análise quantitativa tradicional com avaliação qualitativa de ativos intangíveis, realizadas por profissionais treinados em economia comportamental e análise de redes.

**c) Redesenho da Relação Banco-Cliente.** Transição de uma relação transacional (spot, impessoal, padronizada) para uma relação de parceria de longo prazo, com acompanhamento contínuo, renegociação proativa e compartilhamento de informações. A relação de financiamento passa a ser também uma relação de reconhecimento mútuo, onde o banco conhece o território e o empreendedor confia no banco.

### ***3.4 Crítica à Ontologia do Risco***

O livro não nega a relevância do risco como categoria fundamental da atividade financeira. Mas desconstrói a noção de que o risco calculado pelo sistema atual seja o risco real. O risco formal - balanços auditados, fluxos de caixa projetados, garantias registradas em cartório - é apenas uma proxy imperfeita do risco substantivo: volatilidade de demanda local, dependência de relações pessoais, exposição a choques territoriais, capacidade de adaptação do empreendedor.

A proposta é reposicionar a análise de risco para incluir dimensões territoriais, sociais e reputacionais como fatores de mitigação, não apenas como contexto narrativo. Um negócio com alto capital social e territorial pode ter perfil de risco inferior a um negócio com garantias reais abundantes mas baixo enraizamento comunitário. O sistema atual simplesmente não consegue fazer essa distinção.

## 4. Convergência e Articulação: Do Diagnóstico à Solução

### 4.1 Onde as Teses do Livro Aprofundam as Lacunas do Artigo Original

O artigo original (2025) diagnostica com precisão que as barreiras existem, mas deixa em aberto a questão de *como* construir instrumentos que capturem o valor dos ativos intangíveis e *como* redesenhar os processos de avaliação de risco para incorporar variáveis sociocomportamentais de forma sistemática. O livro (2026) oferece a arquitetura conceitual para preencher essas lacunas.

A conexão se dá em três dimensões fundamentais:

**Primeira dimensão: Do colateral material ao colateral relacional.** O artigo mostra que mulheres são prejudicadas por exigências de garantias reais. O livro explica o porquê estrutural: o sistema foi calibrado para ativos físicos padronizados e não possui categorias para classificar capital social. A proposta de financiamento por reconhecimento oferece a ponte operacional: instrumentos que podem lastrear crédito em capital social feminino - avais solidários de redes de empreendedoras, certificações comunitárias de reputação, scoring baseado em indicadores de capital relacional.

**Segunda dimensão: Da autoeficácia individual ao reconhecimento institucional.** O artigo identifica que baixa autoeficácia reduz a demanda efetiva por crédito. O livro demonstra que a autoeficácia não é apenas um traço psicológico individual, mas é produzida ou suprimida por estruturas de reconhecimento. Quando o sistema financeiro reiteradamente não reconhece o valor do negócio feminino, ele não apenas nega recurso financeiro - ele atua como instituição "desconfirmadora", corroendo a autoeficácia. Inverter esse ciclo significa redesenhar o processo de análise de crédito para que ele próprio seja um ato de reconhecimento, não apenas de avaliação.

**Terceira dimensão: Da inclusão financeira à eficiência alocativa.** O artigo demonstra que o sistema está alocando insuficientemente recursos a um segmento com potencial produtivo comprovado. O livro demonstra que essa ineficiência não é residual - ela é estrutural, embutida na própria arquitetura conceitual dos instrumentos financeiros. Corrigi-la não é apenas uma política de inclusão; é uma política de eficiência de mercado e mitigação de risco sistêmico.

#### ***4.2 A Interseção como Novo Quadro Analítico***

A articulação das duas obras gera um quadro analítico integrado. O problema do financiamento ao empreendedorismo feminino tem três camadas:

Na **camada superficial**, é uma questão de assimetria informacional e restrição de colateral - problema clássico de mercado de crédito que poderia ser resolvido com mais dados e melhores garantias.

Na **camada intermediária**, é uma questão de viés institucional e autoeficácia - problema de economia comportamental que exige redesenho dos processos e estímulo à confiança.

Na **camada profunda**, é uma questão de desencantamento weberiano e cegueira ontológica - problema de filosofia econômica que exige repensar o que o sistema financeiro reconhece como valor, como riqueza e como risco.

Intervir apenas na primeira camada gera resultados limitados porque não endereça as causas profundas da exclusão. Intervir nas três camadas simultaneamente, com o financiamento por reconhecimento como princípio organizador, tem potencial para gerar transformação sistêmica.

#### ***4.3 Aplicação ao Caso do Empreendedorismo Feminino***

O empreendedorismo feminino é um caso especialmente revelador da potência do quadro analítico proposto, por três razões.

Mulheres empreendedoras tipicamente constroem capital social denso e diversificado - redes de apoio mútuo, associações de bairro, grupos de compra coletiva, comunidades de prática. Esse capital social é um ativo real que o sistema ignora, mas que poderia ser mobilizado como lastro creditício.

Os setores onde o empreendedorismo feminino é mais expressivo (serviços pessoais, alimentação, moda, beleza, educação, saúde) são setores de alto capital territorial - o conhecimento do cliente local é o principal ativo do negócio. Esse capital territorial é perfeitamente identificável e verificável por avaliação local, mas invisível para scoring padronizado.

Mulheres empreendedoras apresentam, em média, maior aversão ao risco e menor propensão ao calote estratégico, comportamento verificado em múltiplos estudos internacionais. Isso significa que, para um mesmo nível de capital social e territorial, o risco real de crédito feminino é inferior ao masculino. O sistema atual, ao não reconhecer esses ativos, opera com uma precificação ineficiente:

superestima o risco real dos negócios femininos e subestima seu potencial produtivo.

## **5. Recomendações de Políticas Públicas e Arcabouço Regulatório<sup>4</sup>**

### ***5.1 Revisão das Diretrizes de Garantias para Micro e Pequenas Empresas***

O Banco Central do Brasil pode, no âmbito de sua competência regulatória infralegal, explicitar a admissibilidade de garantias não convencionais como mitigadores de risco para operações de crédito a MPEs. Isso não requer alteração do arcabouço de Basileia, que já prevê certa discricionariedade na avaliação de garantias elegíveis. A regulamentação poderia estabelecer critérios de elegibilidade para:

- Certificações de capital social emitidas por entidades acreditadas (Sebrae, OSCIPs, cooperativas de crédito)
- Aval solidário de redes formalmente constituídas com histórico de adimplência
- Contratos de cessão fiduciária de recebíveis de cartão e maquininha como garantia preferencial

### ***5.2 Sandbox Regulatório para Produtos de Crédito Baseados em Reconhecimento***

Recomenda-se a criação de um ambiente regulatório experimental específico para testar produtos financeiros baseados no paradigma do financiamento por reconhecimento. O sandbox teria como participantes instituições financeiras, fintechs, cooperativas de crédito e entidades representativas (Sebrae, associações comerciais) e incluiria:

- Produtos de crédito com scoring expandido que pondere indicadores de capital social, territorial e reputacional
- Instrumentos de garantia híbrida (parcialmente real, parcialmente social)
- Contratos de participação em receitas como alternativa a juros prefixados

---

<sup>4</sup> As recomendações regulatórias aqui apresentadas são propostas analíticas e não refletem necessariamente posições institucionais do Banco Central do Brasil ou do Sebrae Nacional.

- Modelos de relacionamento bancário (*relationship banking*) adaptados a MPEs de base territorial

As métricas de avaliação do sandbox seriam definidas conjuntamente entre BCB, Sebrae e instituições participantes, com foco em inadimplência comparada, elasticidade da demanda por crédito e impacto sobre autoeficácia empreendedora.

### **5.3 Obrigatoriedade de Dados Desagregados por Gênero**

O Banco Central pode estabelecer obrigatoriedade ou recomendação de reporte de indicadores de crédito desagregados por gênero, raça e porte nas estatísticas do Sistema Financeiro Nacional. A simples existência desses dados atuaria como:

- Mecanismo de transparência, permitindo que a sociedade civil e o próprio mercado monitorem disparidades
- Indutor de comportamento, já que instituições financeiras tenderiam a ajustar práticas que fossem publicamente identificadas como discriminatórias
- Base empírica para futuras regulamentações, substituindo intuição por evidência

### **5.4 Capacitação e Certificação de Analistas de Crédito**

Proporcionar treinamento obrigatório em vieses implícitos e economia comportamental para analistas de crédito de instituições financeiras que operam com MPEs. O treinamento incluiria:

- Identificação de vieses de gênero em processos de avaliação
- Metodologias de avaliação qualitativa de capital social e territorial
- Técnicas de comunicação não discriminatória que atuem como persuasão social positiva durante a entrevista de crédito

### **5.5 Incentivos para Instituições Pioneiras**

Instituições financeiras que adotarem voluntariamente o paradigma do financiamento por reconhecimento e participarem do sandbox regulatório poderiam receber incentivos como:

- Ponderação diferenciada de risco para carteiras de crédito baseadas em garantias sociais (dentro dos limites de Basileia)
- Prioridade em linhas de redesconto ou funding direcionado
- Reconhecimento público no Relatório de Inclusão Financeira do BCB

## 6. Conclusão

O financiamento ao empreendedorismo feminino não deve ser tratado como política compensatória ou assistencial, mas como correção de falha de mercado com ganhos de eficiência alocativa e mitigação de risco sistêmico. Reconhecer o capital invisível dos pequenos negócios femininos é, do ponto de vista regulatório, ampliar a base de colaterais da economia - o que torna o sistema mais robusto, não mais frágil.

A integração do diagnóstico empírico (artigo original) com a arquitetura conceitual (livro) demonstra que as barreiras de gênero no acesso ao crédito não são acidentais. Elas são produzidas por um sistema de financiamento que, ao operar sob uma lógica desencantada e abstrata, invisibiliza sistematicamente as formas reais de riqueza dos pequenos negócios femininos. Superar essa cegueira exige não apenas ajustes incrementais, mas uma mudança de paradigma: do financiamento por garantia material ao financiamento por reconhecimento.

As recomendações aqui apresentadas - revisão das diretrizes de garantias, sandbox regulatório, dados desagregados, capacitação de analistas e incentivos a instituições pioneiras - são factíveis dentro do arcabouço regulatório atual e podem ser implementadas de forma gradual, com métricas claras de avaliação.

O Brasil tem, simultaneamente, um dos sistemas financeiros mais sofisticados do mundo em regulação prudencial e uma das maiores taxas de empreendedorismo feminino do planeta. Integrar esses dois ativos - sofisticação regulatória e potencial empreendedor - é o próximo passo natural de uma agenda de desenvolvimento econômico que reconheça, finalmente, que a riqueza dos pequenos negócios não está apenas no que se pode ver, mas também no que se pode confiar.

## Referências

Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84(2), 191–215.

Beviláqua, G. S. (2026). *Financiamento & Reconhecimento: Pequenos Negócios, Desenvolvimento e Justiça Socioambiental no Brasil*.

Beviláqua, G. S., & Borges, M. C. (2025). *Financiando o Empreendedorismo Feminino: Por uma Análise Interdisciplinar do Mercado de Crédito no Brasil*. Sebrae Nacional.

DataSebrae. (2024). *Perfil do MEI*. Sebrae Nacional. - [https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2025/02/Apresentacao\\_Perfil-MEI\\_Sebrae\\_2024\\_ajustado\\_VF\\_11\\_02\\_25.pdf](https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2025/02/Apresentacao_Perfil-MEI_Sebrae_2024_ajustado_VF_11_02_25.pdf)

Weber, M. (1905/2002). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.